

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NAS PERSPECTIVAS FEMININAS DOS ASSENTAMENTOS CORIXINHA, JATOBÁ E SAPICUÁ EM CÁCERES-MT, NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA

Jussara Cebalho¹

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira²

Resumo

Este trabalho apresenta um recorte da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade do Estado de Mato Grosso, intitulada *O Papel da Mulher no Território dos Assentamentos Rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá no Município de Cáceres-MT, na Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia*. O estudo tem como foco compreender as manifestações culturais nos assentamentos rurais pesquisados, evidenciando suas dinâmicas e expressões no contexto da manutenção territorial. A investigação enfatiza tradições religiosas, festividades e práticas ancestrais conduzidas pelas mulheres dessas comunidades, que assumem protagonismo na preservação e transmissão cultural. A análise foi orientada pela perspectiva do feminismo decolonial, que valoriza experiências históricas e culturais das mulheres latino-americanas em oposição às narrativas eurocêntricas que, historicamente, invisibilizaram seus saberes. Nesse sentido, busca-se compreender como práticas religiosas, festividades, tradições culinárias e saberes ancestrais contribuem para a construção de identidades coletivas e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário. Além disso, foram considerados os desafios impostos pelas transformações sociais e econômicas, que colocam em risco a continuidade dessas tradições, sobretudo pela fragilidade da transmissão intergeracional. Os resultados indicam que as manifestações culturais exercem papel fundamental na permanência das famílias no território, reforçando vínculos comunitários e assegurando a sustentabilidade cultural e social dos assentamentos. Conclui-se que valorizar e fomentar esses saberes é essencial para a resistência das comunidades rurais frente às mudanças contemporâneas, reafirmando a importância do protagonismo feminino na preservação da cultura, na identidade coletiva e na luta pela manutenção do território.

Palavras-chave: Cultura; Assentamentos Rurais; Mulheres; Povos Tradicionais.

Resumen

Este trabajo presenta un recorte de la disertación de maestría defendida en febrero de 2024 en el Programa de Posgrado en Geografía (PPGGeo) de la Universidade do Estado de Mato Grosso, titulada *El Papel de la Mujer en el Territorio de los Asentamientos Rurales Corixinha, Jatobá y Sapicuá en el Municipio de Cáceres-MT, en la Frontera Brasil/Bolivia*. El estudio tiene como objetivo comprender las manifestaciones culturales en los asentamientos rurales investigados, evidenciando sus dinámicas y expresiones en el contexto de la manutención territorial. La investigación enfatiza las tradiciones religiosas, festividades y prácticas ancestrales llevadas a cabo por las mujeres de estas comunidades, quienes asumen el protagonismo en la preservación y transmisión cultural. El análisis se orientó desde la perspectiva del feminismo decolonial, que valora las experiencias históricas y culturales de las mujeres latinoamericanas en contraposición a las narrativas eurocéntricas que, históricamente, invisibilizaron sus saberes. En este sentido, se busca comprender cómo las prácticas religiosas, festividades, tradiciones culinarias y saberes ancestrales contribuyen a la construcción de identidades

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGgeo-UNEMA. Professora da EEDIEB Prof. Milton Marques Curvo em Cáceres-MT. E-mail: jussaracebalho@hotmail.com

² Doutora em Geografia, professora dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Ensino Intercultural Indígena da Unemat e coordenadora do projeto Mais Ciência na Escola com financiamento do MCTI e MEC, executado pelo CNPq. Email: leal@unemat.br



colectivas y al fortalecimiento del sentimiento de pertenencia comunitaria. Asimismo, se consideraron los desafíos impuestos por las transformaciones sociales y económicas, que ponen en riesgo la continuidad de estas tradiciones, sobre todo por la fragilidad de la transmisión intergeneracional. Los resultados indican que las manifestaciones culturales desempeñan un papel fundamental en la permanencia de las familias en el territorio, reforzando los vínculos comunitarios y asegurando la sostenibilidad cultural y social de los asentamientos. Se concluye que valorar y fomentar estos saberes es esencial para la resistencia de las comunidades rurales frente a los cambios contemporáneos, reafirmando la importancia del protagonismo femenino en la preservación de la cultura, la identidad colectiva y la lucha por el mantenimiento del territorio.

Palabras clave: Cultura; Asentamientos Rurales; Mujeres; Pueblos Tradicionales.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT. Intitulada "O Papel da Mulher no Território dos Assentamentos Rurais Corixinha, Jatobá e Sapicuá no Município de Cáceres-MT, na Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia", a dissertação foi defendida em fevereiro de 2024. O estudo aborda as manifestações culturais desses assentamentos nas perspectivas femininas, evidenciando suas dinâmicas e expressões no contexto da manutenção territorial.

A cultura nos assentamentos rurais manifesta-se de diversas formas, refletindo os costumes, tradições e modos de vida das famílias que ali residem. Tuan (1974) argumenta que, ao ocupar um novo espaço, os indivíduos interpretam esse ambiente a partir de suas experiências pregressas, trazendo elementos culturais que se misturam ao novo contexto. Sousa Filho (1999) conceitua a cultura como um conjunto de regras, símbolos, mitos e modos de ser, e, segundo Cunha (2019), essa cultura não é estática, mas sim dinâmica, adaptando-se às interações sociais e ambientais. Neste estudo, os relatos para a coleta de dados foram obtidos diretamente das mulheres dos assentamentos Corixinha, Jatobá e Sapicuá, situados na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, que desempenham um papel central na preservação e transmissão dessas manifestações culturais.

A pesquisa busca compreender as manifestações culturais nesses assentamentos, com ênfase nas tradições religiosas, festividades e práticas ancestrais mantidas pelas mulheres dessas comunidades. Esse protagonismo pode ser interpretado a partir da lente do feminismo decolonial, que se propõe a valorizar as experiências históricas e culturais das mulheres latino-americanas, em contraposição às narrativas eurocêntricas que por muito tempo invisibilizaram seus saberes. Essa abordagem se relaciona com as Epistemologias do Sul, que reconhecem e legitimam conhecimentos locais. Segundo Cunha e Casimiro (2019), o termo "Sul" remete a



saberes produzidos a partir das vivências de dor e resistência frente às violências do colonialismo, do capitalismo e do heteropatriarcado.

Ademais, pretende destacar a importância do pertencimento cultural e das relações de ajuda recíproca, como ressaltado por Arruda (1999), dentro do contexto rural. Dessa forma, a investigação se propõe a explorar as práticas culturais e religiosas, compreender o impacto da transmissão de saberes ancestrais na identidade das comunidades, analisar a relação entre cultura, religiosidade e tradições culinárias, e avaliar os desafios enfrentados para a preservação dessas práticas diante das transformações sociais e econômicas.

Além disso, ressalta-se que essas manifestações culturais desempenham um papel fundamental na permanência das famílias assentadas no território, uma vez que fortalecem o sentimento de pertencimento e identidade comunitária. Conforme Tuan (1974), aborda que o apego afetivo ao ambiente e ao lugar é um dos fundamentos da identidade humana, evidenciando como a vivência e a reprodução das tradições culturais contribuem para a conexão das comunidades com seu território.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2016), busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando a subjetividade dos participantes. Além da revisão bibliográfica, a pesquisa contou com a coleta de dados realizada por meio de três grupos focais com mulheres, sendo um em cada assentamento: Corixinha, Jatobá e Sapicuá, todos situados em Cáceres-MT, na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia.

De acordo com Gatti (2005), o grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que permite explorar percepções, opiniões e experiências sobre um tema específico a partir da interação entre os participantes. Durante os encontros, foram abordadas questões relacionadas às festividades religiosas, culinária tradicional e práticas culturais ancestrais.

FEMINISMO DECOLONIAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DAS MULHERES TRABALHADORAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Ao revisitar os primórdios dos movimentos feministas na América Latina, observa-se a forte influência de matrizes culturais eurocêntricas, universalistas e liberais. Lugones (2014a) evidencia que, mesmo após o fim da colonização, persiste a colonialidade de gênero, que se enraíza nas interseções entre gênero, raça e classe, constituindo-se como parte essencial da cultura e das relações sociais que sustentam o capitalismo global. Nesse contexto,



privilegia-se um olhar voltado a mudanças legais e institucionais, em detrimento da análise das estruturas culturais e históricas que naturalizaram hierarquias de gênero.

Sales e Santos (2019) ressaltam que, nos anos 1960, o movimento feminista que emergia em países como Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Itália estava ancorado em sociedades capitalistas avançadas, nas quais a categoria “mulher” se restringia a uma identidade de gênero universalizada. Esse modelo cultural de feminismo, centrado no sufrágio e em demandas voltadas às mulheres brancas de classe média-alta, logo se difundiu para a América Latina. No entanto, sua recepção ignorava as especificidades culturais da região, atravessadas por heranças coloniais, escravidão e desigualdades raciais.

Os mesmos autores destacam que o privilégio associado à branquitude foi historicamente construído como fundamento cultural e político do pensamento social latino-americano. No Brasil, por exemplo, esse processo se enraizou desde o período escravocrata (séculos XVI a XIX), intensificou-se com a política de branqueamento após 1888 e consolidou-se na ideologia da democracia racial a partir dos anos 1930. Essa narrativa cultural promovia uma imagem de harmonia entre brancos e negros, apagando desigualdades raciais e sustentando um imaginário nacional de igualdade fictícia.

Assim, o feminismo que chegou à América Latina não questionava a herança cultural da colonização, marcada pela hipersexualização do corpo feminino e pela naturalização das diferenças de raça e classe. Como observam Sales e Santos (2019, p.115), “a condição social das mulheres negras era apenas citada ou mencionada sem discutir o privilégio racial das mulheres brancas”. Isso mostra como a própria cultura feminista importada reproduzia exclusões e hierarquias.

Nesse sentido, torna-se fundamental analisar criticamente não apenas a opressão exercida pelos homens, mas também as hierarquias reproduzidas entre as próprias mulheres, como parte de um processo cultural mais amplo. Rios (2020) propõe um feminismo que seja simultaneamente anticolonial, anticapitalista e contrário ao patriarcado, ampliando seus horizontes em direção a uma liberdade que reconheça as diferenças históricas e culturais.

Surge, então, o feminismo decolonial como resposta à necessidade de repensar as experiências das mulheres latino-americanas a partir de seus próprios contextos culturais. Diferentemente do feminismo liberal, voltado para pautas como liberação sexual e igualdade no mercado de trabalho, o feminismo decolonial questiona as estruturas coloniais que moldaram identidades e desigualdades na região. Ao enfatizar as interações entre gênero, raça e classe, ele propõe uma leitura culturalmente situada, comprometida com a valorização das experiências históricas e sociais das mulheres da América Latina.



Por consequência, ao desafiar as normas eurocêntricas do feminismo, o feminismo decolonial traz para o centro do debate a pluralidade cultural das mulheres latino-americanas, reconhecendo as distintas formas de opressão vivenciadas por diferentes grupos étnicos e sociais. Seu objetivo é valorizar as vozes historicamente marginalizadas e construir uma narrativa inclusiva que respeite a diversidade cultural e identitária do Sul global. Nesse sentido, Rios (2020) ressalta que o enfoque do feminismo decolonial está nas vivências e na produção intelectual enraizada no contexto cultural do Sul global.

Uma de suas principais contribuições é a ênfase na interseccionalidade, entendida como a compreensão de que as experiências femininas são atravessadas por dimensões culturais, étnicas e sociais. Lugones (2014a) afirma que nossas vidas, marcadas por colonização, racismo e opressões de gênero, também são moldadas pela resistência àquilo que o sistema dominante tenta impor. Assim, ao valorizar a presença e a voz das mulheres indígenas, afrodescendentes e de outras minorias, o feminismo decolonial rompe com estereótipos e evidencia as múltiplas formas de resistência cultural, identidade e saber.

Essa perspectiva também se destaca por evidenciar sabedorias locais e práticas ancestrais, em contraposição à imposição de valores eurocêntricos, que são chamadas de Epistemologias do Sul. Como afirmam Cunha e Casimiro (2019), a expressão “Sul” simboliza conhecimentos formados nas experiências de sofrimento diante da violência do colonialismo, do capitalismo e do heteropatriarcado. Mais do que um lugar geográfico, o “Sul” representa força, coragem e criatividade cultural na luta por transformação social.

Ao reconhecer e valorizar tradições ancestrais, o feminismo decolonial incorpora no debate feminista as perspectivas indígenas e afrodescendentes, compreendendo que esses saberes não são apenas formas de resistência, mas também de existência. Para Cunha e Casimiro (2019), as epistemologias do Sul, lidas a partir de uma hermenêutica feminista, revelam que os conhecimentos nascidos das experiências de sofrimento das mulheres podem se transformar em alternativas culturais à violência e à expropriação.

Dessa forma, o feminismo decolonial fortalece identidades e pertencimentos, ao mesmo tempo em que amplia a visão do feminismo para um horizonte mais holístico, inclusivo e culturalmente enraizado, rompendo com padrões eurocêntricos e reconhecendo a riqueza das experiências e expressões das mulheres latino-americanas.

Compreendemos, dessa forma, que as epistemologias do Sul nos permitem refletir sobre a realidade cultural das mulheres assentadas, ao evidenciar o papel central que elas desempenham nas lutas por justiça social e econômica. Nessas lutas, enfrentam os desafios impostos pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelos resquícios das estruturas coloniais que



marcaram profundamente a organização cultural e social da América Latina. Bozano (2019) reforça a importância de desenvolver epistemologias que não apenas deem voz às periferias, mas que reconheçam suas expressões culturais como formas legítimas de conhecimento e resistência. Nesse sentido, trata-se de reconhecer as mulheres assentadas não como objetos de estudo, mas como sujeitas de direito e produtoras de saber, capazes de redefinir práticas sociais e comunitárias.

Mais do que criar epistemologias exclusivamente voltadas às mulheres latino-americanas, torna-se essencial construir abordagens que pensem e resistam junto com elas, valorizando suas experiências e práticas culturais. Daí a relevância de adotar perspectivas capazes de identificar as múltiplas formas de violência e, ao mesmo tempo, destacar as resistências presentes nos feminismos que emergem desse lado do mundo.

Lugones (2014a) destaca que as estratégias de resistência são moldadas pela subjetividade e intersubjetividade, surgindo a partir das interações individuais e coletivas que constituem a vida comunitária. Quando aproximamos essa ideia das experiências das mulheres assentadas, percebemos como elas se tornam agentes culturais e políticas, transformando suas comunidades a partir de práticas cotidianas que articulam tradição, solidariedade e inovação. Assim, o feminismo decolonial oferece uma lente para compreender como essas mulheres não apenas resistem, mas também reconfiguram os sentidos culturais da vida em comunidade.

Segundo Lugones (2014a), descolonizar o gênero é uma prática cultural e política que implica criticar a opressão racializada, colonial e heterossexualizada, naturalizada pelo capitalismo. Essa descolonização exige situar quem teoriza dentro de contextos específicos, considerando as dimensões históricas e culturais que atravessam os processos de opressão e resistência. Nesse sentido, a prática de “aprender com diferentes povos” é, antes de tudo, um exercício de reconhecimento das culturas locais e de suas formas de organização.

Ao aproximarmos essa perspectiva das experiências das mulheres assentadas, especialmente em comunidades rurais, identificamos como a formação de associações femininas se torna uma estratégia cultural de resistência e de reconstrução de identidades coletivas. Como destacam Mendes, Neves, Neves e Silva (2014), as associações de mulheres agricultoras não apenas melhoram a qualidade de vida das famílias, mas também promovem desenvolvimento político, inclusão social, valorização da sociabilidade e autoestima, além de ampliar a participação das mulheres nos espaços públicos. Mais do que ganhos econômicos, tais associações transformam dinâmicas culturais de gênero, reposicionando as mulheres como protagonistas nas esferas sociais e comunitárias.



Assim, as experiências das mulheres assentadas evidenciam como as lutas feministas, quando enraizadas no contexto cultural local, se tornam práticas de resistência e de reinvenção coletiva, fortalecendo identidades, tradições e modos de vida no campo.

Dessa forma, acreditamos na viabilidade e no fortalecimento de um feminismo comunitário, como defende Paredes (2013). Entendemos que as práticas cotidianas das mulheres assentadas criam um ambiente cultural favorável à emergência de uma perspectiva decolonial, uma vez que sua luta não se restringe à busca por igualdade de gênero, mas se amplia para a superação das injustiças históricas que atravessam suas vidas.

Paredes (2013) ressalta que esse processo, influenciado por colonialismos externos e internos, constrói e perpetua um imaginário cultural e estético baseado em valores eurocêntricos, que marginaliza não apenas as mulheres indígenas, mas também as mulheres rurais assentadas, foco de nossa análise. Tal paradigma cultural invisibiliza práticas, saberes e identidades que são fundamentais para compreender as formas de resistência desenvolvidas nessas comunidades.

Sob o olhar de Cunha e Casimiro (2019), as mulheres e jovens resistem de múltiplas formas contra as ameaças aos territórios, aos modos de subsistência, aos corpos e à vida comunitária, criando alternativas culturais e modos de vida distintos da lógica dominante. A resistência, portanto, não se limita à contestação política, mas expressa uma dimensão cultural de reexistência, onde tradições, solidariedades e vínculos coletivos são preservados e ressignificados.

Nesse sentido, a solidariedade entre as mulheres e a criação de alternativas às estruturas opressivas tornam-se essenciais. Cunha (2019) alerta que os confrontos relacionados à disputa por terras, à intensificação da exploração de recursos minerais e energéticos, ao uso abusivo de agrotóxicos e à degradação ambiental têm gerado conflitos territoriais que atingem diretamente as comunidades. Nesses cenários, a violência sistemática contra quem resiste mostra como a luta das mulheres assentadas é também cultural, pois envolve a defesa de modos de vida, de valores e de identidades.

Assim, ao se organizarem em cooperativas, associações ou movimentos sociais, as mulheres assentadas não apenas fortalecem sua capacidade de resistência, mas também promovem a construção de uma cultura comunitária baseada em colaboração, reciprocidade e respeito mútuo.

À luz dessa reflexão, é possível aproximar tais experiências do conceito de Lugar em Tuan (1974). Para o autor, o lugar não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido e significado culturalmente, constituído por experiências, memórias e afetos. Nesse sentido, a



luta das mulheres assentadas vai além da posse da terra: trata-se de produzir um lugar cultural, enraizado na memória coletiva, na identidade e no pertencimento. Ao resistirem, essas mulheres não defendem apenas territórios geográficos, mas reafirmam modos de vida e recriam sentidos culturais que transformam o espaço em lugar.

Portanto, o feminismo comunitário e decolonial, ao valorizar as práticas e saberes locais, evidencia que a cultura é central para a resistência das mulheres assentadas, pois é na experiência do lugar que elas constroem identidade, força coletiva

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção cultural realizada por mulheres nos assentamentos rurais desempenha um papel essencial no fortalecimento do sentimento de pertencimento e na construção da identidade local, refletindo suas experiências, saberes e percepções sobre o espaço em que vivem. Um exemplo significativo disso é a fala de uma assentada do Jatobá, que compartilha a tradição cultural da festa de São João realizada em sua casa. Inicialmente, a festa incluía comida e bebida, mas, com o tempo, os bailes e a venda de bebidas foram abandonados. No entanto, a tradição de rezar o terço no dia de São João foi mantida, destacando a preservação de práticas religiosas. Outra tradição mencionada por ela é o chá de amendoim, servido com biscoitos e distribuído entre os participantes da festa, uma típica iguaria das celebrações juninas.

De acordo com Arruda (1999), no modelo de "cultura rústica", as famílias funcionam como unidades de produção e consumo que se conectam por meio de relações de ajuda baseadas na reciprocidade, como acontece em práticas comunitárias como o "mutirão" e as festas religiosas. A fala da entrevistada ilustra essas relações de ajuda, especialmente quando ela menciona o vizinho, que construiu o forno de barro, para assar os biscoitos para a festa. uma tradição compartilhada entre as famílias da comunidade e que simboliza a cooperação mútua presente nas práticas culturais locais.

A importância da religiosidade católica também é destacada, como nas festas religiosas na Comunidade Corixa e no assentamento Sapicuá, onde as famílias mantêm práticas tradicionais, como rezas, e a preparação de pratos típicos, como biscoitos de araruta, quentão e chá de amendoim. Essas festas são vistas como manifestações culturais que revelam crenças e fortalecem a identidade coletiva (Jurcevitz, 2005).

Além das festas religiosas, outra tradição mencionada por uma assentada é o trabalho de uma parteira no Assentamento Corixinha, que preserva conhecimentos ancestrais. Ela ajudou a entrevistada a decidir entre um parto normal ou cesariana, e é reconhecida na comunidade por



sua sabedoria. Ela ressalta a confiança que tem na parteira e destaca a importância do trabalho dela, ajudando outras jovens mulheres a darem à luz em casa.

Isso é muito importante, ainda mais na época em que vivemos, pois atualmente estamos perdendo os conhecimentos tradicionais e os saberes ancestrais em nossa sociedade, pois os jovens pouco se interessam em mantê-los, infelizmente os avanços tecnológicos e científicos, muitas vezes se sobrepõem ao valioso legado deixado por nossos antepassados.

A valorização dos saberes tradicionais é essencial, especialmente frente ao avanço das tecnologias modernas, como aponta Galeano (2008) sobre o "Desencontro" cultural, e Santos (2013), que fala da necessidade de decolonizar o conhecimento e reconhecer formas de saberes marginalizados.

Nesse sentido, é fundamental que nós falemos sobre nós e não eles, é fundamental reafirmar e valorizar os conhecimentos tradicionais e os saberes ancestrais. É necessário reconhecer sua importância e promover a sua transmissão para as novas gerações, para não ocorrer a “morte” desses saberes como evidenciado pela entrevistada do Assentamento Jatobá, que disse que já teve duas benzedadeiras no assentamento, mas que uma se mudou e outra faleceu e não transmitiu aos seus descendentes.

Diante disso, destaca-se a relevância do trabalho coordenado pela Professora Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira, da Universidade do Estado de Mato Grosso, com a Mostra Científica e Olimpíada Nacional de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas, em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O projeto tem como objetivo compartilhar o conhecimento científico e cultural produzido por comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, por meio de abordagens interativas e inclusivas. Visa integrar os pilares de Ensino, Pesquisa e Extensão, incentivando o interesse de crianças, adolescentes, jovens e professores pela ciência e promovendo a introdução do conhecimento científico desde a Educação Básica. Vale ressaltar que a autora deste trabalho é integrante desse projeto, o que fortalece seu compromisso com a valorização e disseminação do conhecimento cultural e científico das comunidades tradicionais.

Essa iniciativa tem alcançado as comunidades fronteiriças, onde se localizam os assentamentos rurais, trazendo à tona a importância de reafirmar e valorizar os saberes tradicionais. Como relata uma assentada do Jatobá, que lamenta a falta de sucessores para as benzedadeiras da comunidade, o projeto desempenha um papel fundamental na preservação e transmissão desses conhecimentos, garantindo que não se percam com o tempo.

Cunha e Casimiro (2019) ressaltam a importância de reconhecer e valorizar os saberes tradicionais, pois eles coexistem com outras formas de conhecimento e são essenciais para a



emancipação das comunidades. Além disso, a valorização dessas práticas culturais fortalece o sentimento de pertencimento, criando vínculos profundos entre os moradores e seu território.

O apego ao lugar, sustentado pelas tradições, pela religiosidade e pelas práticas cotidianas, reforça a identidade coletiva e contribui para a permanência das famílias assentadas. Dessa forma, promover a transmissão desses saberes às novas gerações não apenas mantém viva a cultura local, mas também assegura que essas comunidades continuem enraizadas no território, resistindo às pressões e transformações socioeconômicas. Nesse sentido, como afirma Tuan (1974), lugar se constitui como uma interrupção no movimento contínuo, representando pontos de ancoragem onde se acumulam sentidos, lembranças e vínculos afetivos. Assim, o fortalecimento do vínculo com o lugar favorece a construção de pertencimento e a continuidade das formas de vida tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a relevância das manifestações culturais nos assentamentos rurais, destacando como as práticas religiosas, os saberes tradicionais e a participação ativa das mulheres são fundamentais para a construção da identidade comunitária. Além disso, constatou-se que essas expressões culturais fortalecem o sentimento de pertencimento das assentadas, estabelecendo vínculos profundos com o território e contribuindo para sua permanência. No entanto, também se verificou um risco iminente de perda desses conhecimentos devido à falta de transmissão entre as gerações, o que ameaça a continuidade dessas tradições e, consequentemente, o enraizamento das comunidades em seu território.

Diante desse cenário, a pesquisa reforça a importância de iniciativas que promovam a valorização dos saberes ancestrais, como a Mostra Científica e Olimpíada Nacional de Povos Tradicionais, Quilombolas e Indígenas, coordenada pela Professora Dra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira. Essas ações não apenas colaboram na preservação e transmissão da história e cultura dos assentamentos rurais às futuras gerações, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade comunitária.

Ao manter vivas suas tradições, as comunidades reafirmam sua relação com o território, resistindo às transformações socioeconômicas e assegurando sua permanência. O sentimento de pertencimento, reforçado pelas práticas culturais, religiosas e cotidianas, bem como pelo protagonismo das mulheres na preservação e transmissão desses saberes, se apresenta como um elemento essencial para que as famílias assentadas se reconheçam no território que habitam, fortalecendo laços comunitários e garantindo a continuidade de suas formas de vida. Assim,

valorizar e fomentar a participação das mulheres na manutenção e difusão desses saberes é uma estratégia fundamental para a sustentabilidade cultural e social dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. —**Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** Ambiente & Sociedade - Ano II – nº 5 – 2º Semestre de 1999.

BOZZANO, Caroline Betemps. “**Feminismos transnacionais descoloniais:** Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e58972, 2019.

CUNHA, Teresa; CASIMIRO, Isabel. **Epistemologias do sul e Alternativas feministas de vida:** as cinderelas do nosso Moçambique querem falar. Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratz, 2019.

CUNHA, Teresa. Mulheres, identidades e territórios: as experiências e conhecimentos delas. In: FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara; GRANDO, Beleni Saléte; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; CUNHA, Teresa (org.). **Mulheres e Identidades:** Epistemologias do Sul. Curitiba: CVR, 2019.

GALEANO, Eduardo. **Las Venas Abiertas de América Latina.** 6. reimp. Madrid España: SIGLO XXI, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Série Pesquisa em Educação, 2005.

JURCEVITZ, V. I. **Festas religiosas:** a materialidade da fé. História: Questões & Debate. Curitiba, n. 43, p. 73-86, 2005. Editora UFPR.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas.** Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014a. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José; PAULA, Tânia. **A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil.** Revista Estudos Feministas, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38130688005>. Acesso em 28 de janeiro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de Campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** Petrópolis. RJ: Vozes, 2016.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino desde el Feminismo Comunitario. México, Melanie



Cervantes, 2013. Disponível em <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em 13 de Janeiro de 2024.

RIOS, Flávia. Por um feminismo radical. In: VERGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

SALES, Leydiane Vitória; SANTOS, Sérgio Pereira. A branquitude no contexto das relações raciais e nas discussões de gênero. In: FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara; GRANDO, Beleni Saléte; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; CUNHA, Teresa (org.). **Mulheres e Identidades: Epistemologias do Sul**. Curitiba: CVR, 2019.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do sul**. São Paulo; Editora Cortez; 2013.

SOUSA FILHO, S. G. de. **Por uma filosofia da comunicação**. Campina Grande: EDUEP, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1974.